

V CBEO - Curitiba



V CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS
Curitiba-PR - Brasil

ARTICULAÇÕES ENTRE A PSICOSSOCIOLOGIA E GESTÃO SOCIAL: UM OLHAR SOBRE OS
TRABALHADORES DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Mariana de Lima Caeiro (PUC MINAS) - caeiro.marianadelima@gmail.com

Doutoranda em Administração no Programa de Pós-Graduação em Administração da PUC Minas, na área de Ética e Gestão Social. cursou o Mestrado em Administração nessa mesma instituição como bolsista CAPES. Concluiu o curso de Bacharelado em Administração no a

Maria Elizabeth Antunes Lima (Unicentro Novos Horizontes) - antuneslima15@gmail.com

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1977), mestrado em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (1986), doutorado em Sociologia do Trabalho pela Universidade de Paris IX (Paris-Dauphine) (1992) e pós-do

Paula Batista Cecílio - paulacecilio@hotmail.com

Graduação em Administração com habilitação em Comércio Exterior; Especialização em Gestão Estratégica; Especialização em Teoria Psicanalítica; Formação em psicanálise

Contextualização

A gestão social passou a ser academicamente discutida no Brasil a partir da década de 1990, com a criação do Programa de Estudos em Gestão Social da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas – PEGS/EBAPE/FGV. A princípio, o termo esteve atrelado à gestão de políticas públicas sociais e, posteriormente, era utilizado como sinônimo para gestão de organizações do terceiro setor (Cançado, 2014).

A despeito da polissemia que permeia o termo, observa-se convergência quanto à compreensão de que a gestão social se configura como uma nova possibilidade de gestão (Fischer, 2007). Preconizando a emancipação e o protagonismo dos sujeitos na realidade social, pode-se dizer que a gestão social é capaz de promover mudanças no *mainstream* da área de Administração (Cançado, 2014), através de práticas de gestão participativas, horizontais, dialógicas e democráticas (Araújo, 2014).

Diante dessas características, é comum considerar que o campo da gestão social não se revele compatível com práticas opressoras e violentas, tampouco com espaços onde ocorram abusos e assédios das mais diversas ordens. A gestão social, muitas vezes, é concebida como um embrião de uma gestão que se mostre como “do bem”. Para ilustrar essa compreensão, é possível citar as relações de trabalho no âmbito dessas organizações que, tecnicamente, utilizariam os preceitos da gestão social, como é o caso das organizações da sociedade civil (OSCs).

Essas organizações caracterizam-se por desenvolverem atividades com impacto social significativo, frequentemente associadas à promoção da sustentabilidade, à redução da desigualdade social e violência, e garantia de direitos. Devido ao seu propósito, é usual a crença das pessoas de que trabalhar nesses espaços é sinônimo de: felicidade no trabalho, fazer o bem, trabalho voluntário, caridade dentre outros. Essa perspectiva romantizada e idealista em relação a essas organizações é capaz de silenciar uma série de questões cujo debate é de suma importância para a construção das práticas de gestão participativas, horizontais, dialógicas e democráticas. É esse incômodo que norteia esta discussão.

Os pressupostos que norteiam o conceito de gestão social, especialmente no que diz respeito a sua perspectiva emancipatória, vão ao encontro da literatura referente às abordagens clínicas do trabalho. Isso porque estas buscam oferecer um arcabouço teórico pautado na subjetividade para que se compreendam o universo da gestão e as dinâmicas organizacionais.

As clínicas do trabalho configuram-se como um conjunto de teorias que têm como foco o estudo da relação entre trabalho e subjetividade. Contemplam abordagens que visam compreender os sentidos coproduzidos pelo conjunto de trabalhadores em seus respectivos contextos de trabalho (Pinto, Carreiro & Rodriguez, 2016).

As abordagens clínicas do trabalho, em geral, têm o intuito de aproximar os mundos psíquico e social, lançando mão, principalmente, de metodologias qualitativas de análise, que convidam os próprios sujeitos a refletirem sobre suas práticas (Bendassoli & Soboll, 2011). A psicodinâmica do trabalho, a clínica da atividade, a ergologia e a psicossociologia – esta última entendida aqui também como sociologia clínica (Bendassoli & Soboll, 2011) - representam as abordagens clínicas do trabalho. Estas guardam em si algumas peculiaridades que ora tornam as aproximações bem-vindas, ora impossibilitam-nas.

Neste estudo, pretende-se abordar a psicossociologia a fim de se compreender as aproximações e distanciamentos desta com o campo da gestão social. A psicossociologia permite um retorno à história de vida do sujeito, relacionando-a ao contexto organizacional e social, de forma a permitir uma análise aprofundada dessa dinâmica (Guimarães, 2014).

A psicologia das organizações é marcada pela utilização de uma matriz neopositivista, pautada no referencial cognitivo-comportamental. A consequência desse fato, de maneira geral, é a compreensão do trabalho como atividade geradora de valor econômico (Bendassoli & Falcão, 2013). Ao adotar como referencial teórico as clínicas do trabalho, busca-se por um sujeito fazedor de sentido. Esse sujeito, ao recapitular o passado e ao se projetar no futuro, é capaz de perceber o presente como fruto de uma trajetória traçada ora por ele mesmo, ora pelos outros, ora pelas circunstâncias (Barus-Michel, 2005).

A psicossociologia articula as reciprocidades que permeiam a relação entre sujeito e coletividade, entendendo tanto a instância psíquica quanto a instância social. Essa clínica do trabalho trata de um sujeito que é duplamente constituído, pois este, ao mesmo tempo em que está inscrito em um universo social, dispõe de elementos intrapsíquicos singulares, de natureza inconsciente (Guimarães, 2014; Carreiro & Barros, 2011).

Nascida na 1930, na França, a psicossociologia tem como objeto a articulação entre o campo social, condutas humanas e vida psíquica. Trata-se de um ramo da psicologia que se ocupa dos sujeitos, grupos e organizações em situações cotidianas, pautando-se em uma perspectiva de análise e intervenção (Pinto et al., 2016; Mata-

Machado, 2010). Ademais, a psicossociologia se incumbe da vida cotidiana e de suas transformações, entendendo que a mudança individual não se dissocia da mudança coletiva, e vice-versa (Carreteiro, 2001).

É uma abordagem que aproxima pesquisa e intervenção, devido, especialmente, ao fato de ter surgido através da prática de alguns profissionais em associações que, posteriormente, foi levada ao meio acadêmico. Dentre esses profissionais, destacam-se: Max Pagès, Eugene Enriquez, André Lévy, Guy Palmade, Jean Duboste Jean Rouchy (Carreteiro & Barros, 2011).

É possível distinguir quatro períodos principais, aos quais o desenvolvimento da psicossociologia se encontra associado, sendo o primeiro deles os anos de crise econômica e social que antecederam a Segunda Guerra Mundial. O segundo período refere-se à guerra propriamente dita e à reconstrução política, econômica e social que se seguiu à guerra. O terceiro período foi marcado pela contestação social e cultural característica dos países da Europa e América no final dos anos 1960. Já o quarto período diz respeito às décadas seguintes, incluindo-se os dias atuais, quando é visível a crise da socialdemocracia européia (Barus-Michel, Enriquez & Lévy, 2005).

Em relação à prática psicossociológica, ou seja, aos aspectos relativos à intervenção, Mata-Machado (2001) indica três cenários, que se associam aos períodos supracitados. São eles: experimental, institucional e clínico. O cenário experimental, predominante nos anos 1940 e 1950, tem os experimentos de Elton Mayo como exemplo. Compreende a sociedade como harmoniosa, os conflitos como fatos evitáveis e o homem como bom por natureza, sendo este último capaz de fornecer respostas sociais satisfatórias ao ser motivado adequadamente. Nesse momento, a prática psicossociológica pretende ajustar os indivíduos à sociedade harmoniosa.

Em relação ao cenário institucional, inaugurado em 1960, mantém-se uma concepção de homem bom. No entanto, os conflitos passam a ser percebidos como inerentes à vida em sociedade. O homem, ao se libertar da alienação, seria então capaz de se comportar a favor da coletividade e praticar a auto-organização. Assim, a psicossociologia se ocuparia de desalienar esse homem, a fim de que se constitua uma sociedade sem classes (Mata-Machado, 2001). Percebe-se, nesse momento, uma forte influência marxista, já em um mundo marcado pela guerra fria.

O terceiro cenário, isto é, o cenário clínico, refere-se à noção acerca do antagonismo instaurado entre indivíduo e sociedade, reconhecendo o homem como lobo, assim como na perspectiva hobbesiana, cabendo à sociedade se impor diante de tamanha

agressividade. A psicossociologia, portanto, se responsabilizaria por ajudar no alívio da tensão que se impõe em decorrência das restrições pelas quais passa o homem (Mata-Machado, 2001).

A psicossociologia enxerga os sistemas mediadores, isto é, os grupos de indivíduos, as organizações e as instituições como contextos de pesquisa e ação privilegiados (Lhuilier, 2014; Mata-Machado, 2010). Enquanto clínica, essa abordagem prevê a impossibilidade de se isolar experimentalmente o sujeito, isto é, dissociá-lo de seu contexto social e de sua história pessoal, e preconiza a necessidade da escuta (Barus-Michel, 2005). Sendo assim, é válido apontar que a psicossociologia não possui um objeto próprio, isto é, não se ocupa apenas de um aspecto (Carreteiro & Barros, 2011), como, por exemplo, apenas as dinâmicas familiares ou a relação sujeito-trabalho.

A psicossociologia está centrada em pressupostos clínicos e críticos, baseando-se em múltiplas fontes teóricas, como a sociologia, a antropologia, a psicanálise, a psicologia e a filosofia, tomando emprestado delas para si conceitos e métodos (Araújo, 2013; Barus-Michel et al., 2005; Mata-Machado, 2010). Nesse sentido, destaca-se que a psicossociologia é reconhecida pelos termos “psicologia social clínica” ou, simplesmente, “sociologia clínica”, resguardada a diferença que reside na ênfase dada à dimensão psíquica dos sujeitos ou à dimensão social (Bendassoli & Soboll, 2011; Guimarães, 2014).

Esses sujeitos são seres de desejo e de linguagem e tendem a se desvencilhar do acaso a fim de que se tornem escritores da própria história. Isso significa que, apesar de serem produtos do social, estão longe dos determinismos, sendo perfeitamente possível que esses sujeitos utilizem das mais diversas estratégias para criar o próprio caminho (Amado & Enriquez, 2011). A psicossociologia compreende as complexidades da relação dos sujeitos com o meio, de maneira a considerar que suas escolhas se constituem a partir de um conjunto próprio de valores e saberes (Cunha, 2014).

Por essa razão, a questão do sentido é tão relevante para esses sujeitos, que buscam esclarecer para si “onde vão, donde vêm, o que fazem, por que fazem” (Barus-Michel, 2005). Ou seja, estão em busca de construir sentido, e não é diferente disso quando se trata de trabalho. O sentido, sobretudo, é elaborado na relação com os outros, em uma dinâmica de reconhecimento de suas semelhanças e diferenças (Barus-Michel, 2001). Então, a perspectiva psicossociológica vai além da investigação acerca das influências do social no individual, uma vez que não entende os sujeitos como passivos nas situações (Pinto et al., 2016).

Compreender os sentidos do trabalho é uma das buscas da psicossociologia, conciliando perspectivas teóricas, pesquisa e intervenção a fim de entender o trabalho e suas repercussões na vida dos sujeitos, como apontam Carreteiro e Barros (2011). O recolhimento de histórias de vida se mostra interessante como metodologia nessa abordagem por possibilitar acesso àquilo que os sujeitos colocam de si no trabalho, que está para além das condições materiais e objetivas (Cunha, 2014; Carreteiro & Barros, 2011). Além disso, compreende-se que o sentido, enquanto direção e significado advém da linguagem (Lhuilier, 2005), por meio da qual é expresso pelo sujeito.

Objetivos

Através desta proposta pretende-se elucidar possíveis articulações entre a psicossociologia e a gestão social, compreendendo, especialmente, as contribuições que a primeira tem a oferecer à segunda. Diante da complexidade inerente ao universo das organizações e das relações de trabalho, considera-se que as clínicas do trabalho, de maneira geral, oferecem arcabouços teórico e metodológico bastante interessantes que podem propiciar uma maior compreensão dessas dinâmicas em organizações da sociedade civil.

Metodologia

A psicossociologia trata de um sujeito de palavra, ou seja, um sujeito que se constitui pela fala, e por intermédio dela constrói sua própria existência (Chanlat, 1996). As histórias de vida constituem uma metodologia de coleta e análise de dados que visa compreender o universo do qual os sujeitos fazem parte, ou seja, sua subjetividade em relação com os fatos sociais (Lopes, 2013). Trata-se, basicamente, de uma pesquisa e uma produção de sentido relativa à vida de uma pessoa (Le Grand, 2005).

Sendo assim, as histórias de vida caracterizam-se pelo compromisso com o processo subjetivo de rememorar a vida, revisitando-a (Silva, Barros, Nogueira & Barros, 2007). Sua operacionalização se dá ao se atribuir ao informante a decisão sobre o que vai relatar, deixando o pesquisador silencioso, tanto quanto possível (Fernandes, 2010). Portanto, lida-se com um sujeito analítico, isto é, com um entrevistado que analisa a própria vida e dá sentido a ela ao contá-la, sendo que sua análise será somada à do pesquisador (Pinto et al., 2016).

As histórias de vida compõem o campo das abordagens biográficas porque possuem em seu cerne as dimensões do contar e da narrativa. As origens do método

remontam à Escola de Chicago, a qual compreende uma série de trabalhos desenvolvidos a partir de um movimento, principalmente, nos campos da Sociologia e da Psicologia Social, durante os anos 1920 e 1930 (Silva et al., 2007; Miranda et al., 2014).

A marca das pesquisas desenvolvidas na Escola de Chicago, neste período, é o desejo de se produzir conhecimentos úteis para a resolução dos problemas sociais. Sofrendo influências do interacionismo simbólico, que preconiza a participação ativa do pesquisador na investigação de um fenômeno, as pesquisas desenvolvidas no âmbito da Escola de Chicago, nesta época, oferecem ao sujeito pesquisado o lugar do saber, fazendo do conhecimento algo construído a partir de suas interpretações e significações. (Silva et al., 2007).

Considera-se que, inicialmente, recorrer às histórias de vida de sujeitos dos diversos grupos relacionados a essas OSCs – trabalhadores, beneficiários diretos e indiretos, por exemplo - pode oferecer alguns elementos que favoreçam a compreensão aqui pretendida. A análise dos relatos pode ser complementada através de outros métodos como registros fotográficos, entrevistas semiestruturadas e observação.

Conclusões

A presente proposta consiste em um esforço para apresentar as contribuições que a psicossociologia, enquanto clínica do trabalho, tem a oferecer para a compreensão de outras facetas da atividade laboral humana, como é o caso nas organizações da sociedade civil. Observa-se que essas organizações são repletas de contradições e entende-se que o cotidiano nesses espaços impõe uma série de desafios aos trabalhadores e a suas relações no e com o trabalho. Sendo assim, a psicossociologia mostra-se como uma lente importante na compreensão dessas dinâmicas, especialmente por conceber o sujeito em suas instâncias psíquicas e sociais.

Referências

- Amado, G. & Enriquez, E. (2011) *Psicodinâmica do Trabalho e Psicossociologia*. In: Bendassolli, P. F.; Soboll, L. A. *Clínicas do trabalho*. São Paulo: Atlas.
- Araújo, E. T. de (2014). *Gestão Social*. In Boullousa, R. de F. (org). *Dicionário para a formação em Gestão Social*. Salvador: CIAGS/UFBA, 85-89.
- Araújo, J. N. G. de. (2013). *Psicossociologia do Trabalho*. In: VIEIRA, F. O., Mendes, A. M., & Merlo, A. R. C. *Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho*. 1. ed. Curitiba: Juruá.
- Barus-Michel, J. (2001). *Intervir enfrentando os paradoxos da organização e os recuos do ideal*. In: Araujo, J. N. G., & Carreteiro, T. C. *Cenários sociais e abordagem clínica*. 1. ed. São Paulo: Escuta.
- Barus-Michel, J. (2005). *Clínica e Sentido*. Barus-Michel, J.; Enriquez, E. e Lévy, A., *Dicionário de Psicossociologia*. Lisboa: CLIMEPSI.
- Barus-Michel, J.; Enriquez, E. & Lévy, A (2005). (Orgs.). *Introdução*. Barus-Michel, J.; Enriquez, E. e Lévy, A., *Dicionário de Psicossociologia*. Lisboa: CLIMEPSI, 2005.
- Bendassolli, P. F. & Falcão, J. T. da R. (2013). *Psicologia social do trabalho sujeito: revendo conceitos e pensando em possibilidades teóricas para a agenda da psicologia nos contextos de trabalho*. *Universitas Psychologica*, 12(4), 1155-1168.
- Bendassolli, P. F. & Soboll, L. (2011) A. *Introdução às clínicas do trabalho: aportes teóricos, pressupostos e aplicações*. In: Bendassolli, P. F.; Soboll, L. A. *Clínicas do trabalho*. São Paulo: Atlas.
- Cançado, A. C. (2014). *Gestão Social*. In Boullousa, R. de F. (org). *Dicionário para a formação em Gestão Social*. Salvador: CIAGS/UFBA, 80-84.
- Carreteiro, T. C. (2001). *Psicossociologia em Exame*. In: Lévy, A. Nicolai, A. Enriquez, E. Dubost, J. Mata Machado, M. N. da, Castro, E. de M., Araújo, J. N. G de. (orgs). *Psicossociologia: análise social e intervenção* Belo Horizonte: Autêntica 261 p.
- Carreteiro, T. C. & Barros, V. A. (2011) *Clínicas do Trabalho: contribuições da psicossociologia no Brasil*. In: Bendassolli, P. F.; Soboll, L. A. *Clínicas do trabalho*. São Paulo: Atlas.
- Chanlat, J. F. (1996). *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas*. 1a ed. – 7ª reimpressão. São Paulo: Atlas.
- Cunha, D. M. (2014). *Ergologia e psicossociologia do trabalho: desconforto intelectual, interseções conceituais e trabalho em comum*. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 17(1), 55-64.
- Fernandes, M. E. (2010). *História de vida: dos desafios de sua utilização*. *Revista Hospitalidade*, 7(1), 15-31.
- Fischer, T. (2007). *O futuro da gestão*. *HSM Management*. 10(64).
- Guimarães, L. de V. M. (2014). *Entre o céu e o inferno: confissões de executivos no topo da carreira profissional*. 211 f. [Tese de Doutorado em Administração]- Universidade Federal de Minas Gerais, CEPEAD, Belo Horizonte.
- Le Grand, J.L. *Histórias de Vida (relatos de vida)*. Barus-Michel, J.; Enriquez, E. e Lévy, A., *Dicionário de Psicossociologia*. Lisboa: CLIMEPSI, 2005, 9-22.
- Lhuillier, D. (2005). *Trabalho*. Barus-Michel, J.; Enriquez, E. e Lévy, A., *Dicionário de Psicossociologia*. Lisboa: CLIMEPSI, 242-250.
- Lhuillier, D. (2014). *Introdução à psicossociologia do trabalho*. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 17(1), 5-19.
- Lopes, F. T. (2013). *Entre o prazer e sofrimento: histórias de vida, drogas e trabalho*. 192 f. [Tese de Doutorado em Administração]- Universidade Federal de Minas Gerais, CEPEAD, Belo Horizonte.

- Mata-Machado, M. N. da. (2010). Intervenção Psicossociológica, Método Clínico, de Pesquisa e de Construção Teórica. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 5(2), 175-181.
- Mata-Machado, M. N. da (2001). Três cenários da prática psicossociológica. In: Araujo, J. N. G., & Carreiro, T. C. *Cenários sociais e abordagem clínica*. 1. ed. São Paulo: Escuta.
- Miranda, A. R. A., Cappelle, M. C. A., & Mafra, F. L. N. (2014). Contribuições do Método História de Vida para Estudos Sobre Identidade: o exemplo do estudo sobre professoras gerentes. *Revista de Ciências da Administração*, 16(40), 59-74.
- Pinto, B., Carreiro, T., & Rodriguez, L. (2016). Trabalhando no "entre": A História de Vida Laboral Como Método de Pesquisa em Psicossociologia. *Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 2(5), 941-985.
- Silva, A. P., Barros, C. R., Nogueira, M. L. M. & Barros, V. A. de. (2007) “Conte-me sua história”: reflexões sobre o método de História de Vida. *Revista Mosaico: Estudos em Psicologia*, 1(1) 25-35.